



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VICENTE FELIX CORREIA

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR DE MELO

EDUARDO TAVARES MENDES

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - PRESIDENTE

VICENTE FELIX CORREIA

EDUARDO TAVARES MENDES

DILMAR LOPES CAMERINO

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDUARDO TAVARES MENDES

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 20 DE MARÇO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 198/2014.

Interessado: Secretaria do Pleno/Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: Remetam-se os autos ao Exmo. Sr. Desembargador Relator da Notícia-Crime 0500321-93.2013.8.02.0000, na forma alvitada no parecer da douta Assessoria Técnica, às fls. 25 e 25/v, para os fins da manifestação lançada à fl. 26.

Proc: 4563/2014.

Interessado: Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas/Gabinete do Desembargador Sebastião Costa Filho.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a juntada do Ofício nº 777/2014, da Secretaria Geral do Tribunal de Justiça. Em seguida, anexe-se a este o Proc. 198/2014, como sugerido às fls. 31 e 31/v.

Proc: 133/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Delmiro Gouveia.

Assunto: Encaminhando autos para os fins do art. 28 do CPP. (cópia de peças do Proc. n.º 0001141-06.2014.8.02.0043.)

Despacho: Considerando o parecer da Assessoria Técnica que opinou "(...)" pela designação de outro Promotor de Justiça para atuar no caso em tela, conforme disposto no art. 28 do Código de Processo Penal", designo o Promotor de Justiça Bolivar Cruz Ferro, titular da 3ª Promotoria de Justiça de Delmiro Gouveia, para adotar as providências que a situação reclama. Lavre-se a necessária portaria. Em seguida, encaminhe-se cópia fotostática deste processo administrativo, por e-mail e pelos correios, ao Promotor de Justiça designado. Cumpridas as diligências acima determinadas, archive-se.

Proc: 136/2015.

Interessado: Thiago Henrique Austragésilo de Athayde Chada, Gestor da Ata de Registro de Preços.

Assunto: Requerimento de emissão de empenho.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitação e Contratos. Compras. Pedido de Empenho para confecção e fornecimento de sete (7) carimbos em plástico com reabastecimento automático, constante na Ata de Registro de Preços nº 11/PGJ/2014, lote único, do pregão eletrônico nº 25/PGJ/2013 para atender à demanda do Ministério Público de Alagoas. Contratação a ser realizada através do Sistema de Registro de Preços - SRP. Impossibilidade. Caducidade superveniente da ata de registro de preços regente. Pelo indeferimento, sugerindo comunicação ao setor interessado, para providências cabíveis e ulterior arquivamento dos autos".

Proc: 266/2015.

Interessado: Ministério Público de Contas do Estado de Alagoas.

Assunto: Representação.

Despacho: Determino a remessa de ofício ao agente público representado para se manifestar sobre os fatos narrados na exordial, no prazo de 15 (quinze) dias.

Proc: 400/2015.

Interessado: Diretoria de Comunicação Social desta PGJ.

Assunto: Requerimento de emissão de empenho.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitação e Contratos. Serviços. Pedido de Empenho para fornecimento de serviço de vinte (20) unidades de livros de protocolo e vinte (20) unidades de talões, para atender às necessidades do Ministério Público de Alagoas. Sistema de Registro de Preços-SRP. Existência. Contratação realizada através da Ata de Registro de Preços nº 19/2014, itens 6 e 9 do lote 2, do pregão eletrônico PGJ/AL nº 12/2014. Aplicação da regra de custeio, consubstanciada nos §§ 8º-A e 8º-B, do art. 177 da Constituição do Estado de Alagoas. Pelo deferimento, sugerindo que o procedimento evolua às Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças, para as providências cabíveis".

Proc: 492/2015.

Interessado: Dr. Cláudio José Brandão Sá, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Pagamento de taxa de contribuição anual em favor do Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público do Brasil - CDEMP, instância máxima de articulação política dos Diretores e dos Centros de Estudos e Aperfeiçoamento dos Ministérios Públicos do Brasil. Interesse da Escola Superior do Ministério Público. Informação de existência de disponibilidade financeira e orçamentária. Inexigibilidade de licitação. Pelo deferimento do pagamento do valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)".

Proc: 537/2015.

Interessado: Associação do Ministério Público do Estado de Alagoas - AMPAL.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Fiquem os autos sobrestados até a sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Proc: 576/2015.

Interessado: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais - CNPG.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas no âmbito desta PGJ, e em especial a edição da Portaria PGJ nº 118/2015, archive-se.

Proc: 578/2015.

Interessado: Poder Judiciário - Justiça Itinerante.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas no âmbito desta PGJ, e em especial a edição da Portaria PGJ nº 170/2015, archive-se.

Proc: 771/2015.

Interessado: Dra. Cintia Calumby da Silva Coutinho, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Agentes Públicos. Remuneração. Gratificação por exercício de Coordenação. Lei Estadual nº 6818/2007, LC Estadual nº 34/2012 (com redação dada pela LC Estadual nº 37/2012), e Ato Normativo PGJ/MP/AL nº 11/2012. Exercício de Coordenação. Existência. Portaria PGJ/MP/AL nº 730/2014, publicada no dia 28 de julho de 2014. Pedido de pagamento de gratificação por exercício cumulativo na Coordenação das Promotorias de Justiça de Rio Largo. Pelo deferimento do pedido, sugerindo a remessa dos autos à Diretoria de Pessoal, para as providências cabíveis".

Proc: 828/2015.

Interessado: Diretoria de Contabilidade e Finanças.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Aquisição de Certificado Digital Tipo A1. Atualização de dados perante a Receita Federal do Brasil. Justificada a necessidade da compra da certificação digital e da escolha da empresa fornecedora. Existência de

disponibilidade financeira e orçamentária para o atendimento da despesa. Pelo deferimento da dispensa de licitação para aquisição, com fulcro no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, junto à empresa Certinsing Certificadora Digital S.A., com o valor de R\$ 215,00 (duzentos e quinze reais)".

Proc: 856/2015.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (IC nº 1.11.000.000168/2014-90).

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 861/2015.

Interessado: Conselheiro Otávio Lessa de Geraldo Santos, Presidente do Tribunal de Contas de Alagoas.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Remeta-se cópia dos autos à 20ª Promotoria de Justiça da Capital para informar sobre o pedido do interessado, deduzido à fl. 2, esclarecendo também a fase em que se encontra o PA 47/2013.

Proc: 947/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 24ª Vara Cível da Capital/Família.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Considerando a suspeição da Promotora de Justiça titular da 31ª Promotoria de Justiça da Capital, DESIGNO, com lastro no art. 10, X, "f", da Lei nº 8.625/1993, a Promotora de Justiça Adriana Maria de Vasconcelos Feijó, substituta legal daquela. Lavre-se a necessária portaria. Após, encaminhe-se, por e-mail e pelos correios, cópia fotostática deste processo administrativo à Promotora de Justiça designada. Cumpridas as determinações supra, archive-se.

Proc: 954/2015.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Penedo.

Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.

Despacho: Em face das providências adotadas no âmbito desta PGJ, em especial a ansiada publicação no DOE do dia 17 de março de 2015, archive-se.

Proc: 967/2015.

Interessado: José Ailton da Silva Júnior, Técnico do Ministério Público

Assunto: Requerimento de adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 973/2015.

Interessado: Secretaria de Estado da Defesa Social.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Junte-se ao Proc. 2143/2014.

Proc: 974/2015.

Interessado: Sigiloso.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 975/2015.

Interessado: 16ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Conflito negativo de atribuições.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 978/2015.

Interessado: Dra. Sandra Malta Prata Lima, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 984/2015.

Interessado: Dra. Adriana Maria de Vasconcelos Feijó, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de licença médica.

Despacho: Defiro à vista do atestado médico anexo. À DP para as anotações pertinentes. Após, archive-se.

Proc: 986/2015.
Interessado: 4ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 995/2015.
Interessado: CNMP.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À Asplage para se manifestar.

Proc: 1006/2015.
Interessado: Dra. Failde Soares Ferreira de Mendonça, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de licença médica.
Despacho: Defiro à vista do atestado médico anexo. À DP para as anotações pertinentes. Após, archive-se.

Proc: 1007/2015.
Interessado: Câmara Municipal de Traipu.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1011/2015.
Interessado: Promotoria de Justiça de Pão de Açúcar.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Junte-se ao Proc. 4051/2014. Em seguida, reitere-se o ofício de fl. 5.

Proc: 1014/2015.
Interessado: Dr. Luiz Barbosa Carnaúba, Procurador de Justiça.
Assunto: Requerimento de certidão.
Despacho: Defiro. À DP para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 1016/2015.
Interessado: 1ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ao GECOC para se manifestar.

Proc: 1019/2015.
Interessado: Corregedoria-Geral do Ministério Público.
Assunto: Encaminhamento de relatório de correções.
Despacho: Remeta-se à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público para as medidas de estilo.

Proc: 1020/2015.
Interessado: Corregedoria-Geral do Ministério Público.
Assunto: Encaminhamento de relatório de correções.
Despacho: Remeta-se à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público para as medidas de estilo.

Proc: 1026/2015.
Interessado: Dra. Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos, Promotora de Justiça.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: À DP para as medidas cabíveis.

Proc: 1030/2015.
Interessado: Secretaria de Estado da Defesa Social.
Assunto: Encaminhamento de documentos (Ofício nº 0440/GS/2015).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1046/2015.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (IP N° 0476/2012).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 20 de março de 2015.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

Protocolo 144357

PORTARIA PGJ nº 196, DE 20 DE MARÇO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE designar o Dr. ROGÉRIO PARANHOS GONÇALVES, 1º Promotor de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, para funcionar nas audiências designadas para o dia 31 de março do corrente ano, na 2ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 197, DE 20 DE MARÇO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE designar a Dra. KÍCIA OLIVEIRA CABRAL DE VASCONCELLOS, 23ª Promotora de Justiça da Capital, para responder pela Coordenação das Promotorias de Justiça de Fundações, durante a licença médica da Dra. Failde Soares Ferreira de Mendonça, referente ao período compreendido entre o dia 16 de março e 4 de abril do corrente ano.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 144219

>>>>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<<<

AO(S) '20' DIA(S) DO MÊS DE MARÇO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc. 5381/2014
Interessado:
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
SIOPE - INDICADORES EDUCACIONAIS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 581/2015
Interessado:
MARCIA LIMA SALGUEIRO VITORINO, FUNCIONÁRIA DESTA PGJ
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
RENOVAÇÃO DE LICENÇA PARA ACOMPANHAR FILHO EXCEPCIONAL
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1034/2015
Interessado:
VICTOR HUGO LESSA PIERRE, CHEFE DA SECAO DE PREPARACAO DE PAGAMENTO DE PESSOAL
Natureza:
REQUERIMENTO DE FERIAS
Assunto:
FERIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1033/2015
Interessado:
DR. FERNANDO PADILHA ALVES, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERIMENTO DE FERIAS
Assunto:
FERIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1032/2015
Interessado:
JACKSON COSTA DOS SANTOS, CHEFE DO SETOR DE TRANSPORTES
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DAS GUIAS
Remetido para:
DIRETORIA GERAL
#####

Proc. 1035/2015
Interessado:
DR. SITAEL JONES LEMOS, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO DIARIA(S)
Assunto:
DIARIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1031/2015
Interessado:
JACKSON COSTA DOS SANTOS, TECNICO DO MP
Natureza:
REQUERENDO PROGRESSAO FUNCIONAL
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1030/2015
Interessado:
ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO, SECRETARIO DE ESTADO DA
DEFESA SOCIAL E RESSOCIALIZAÇÃO
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
RESPOSTA AO OF. N° 307/GSA/2015
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1036/2015
Interessado:
RODRIGO TORRES KUMMER, FUNCIONÁRIO DESTA PGJ
Natureza:
REQUERENDO ADIAMENTO DE FERIAS
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1037/2015
Interessado:
JOSE APARECIDO B. GAMA
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
REF. CASAL
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1038/2015
Interessado:
STELA MARIA LINS BITTENCOURT
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO ADESAO AO TAC
Remetido para:
PROMOTORIA DE JUSTICA COLETIVA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO
CONSUMIDOR
#####

Proc. 1024/2015
Interessado:
DR. FABIO VASCONCELOS BARBOSA, PROMOTOR DE JUSTICA
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
DISPENSA DAS ATIVIDADES
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1046/2015
Interessado:
PROCURADORIA DA REPUBLICA EM ALAGOAS
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
INQUERITO POLICIAL N° 0476/2012
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1040/2015
Interessado:
PROMOTORIA DE JUSTICA DE MARIBONDO
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
ENCAMINHANDO DENUNCIA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1039/2015
Interessado:
PROMOTORIA DE JUSTICA DE SAO SEBASTIAO
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
ENCAMINHANDO PROCESSO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1047/2015
Interessado:
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO ESTRATEGICA / MPAL
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO PARA SERVIDORA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1045/2015
Interessado:
ALUNOS DO CURSO DE MEDICINA DO CESMAC
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
AUMENTO ABUSIVO
Remetido para:
PROMOTORIA DE JUSTICA COLETIVA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO
CONSUMIDOR
#####

Proc. 1044/2015
Interessado:
RECOMEÇO , CLINICA ESPECIALIZADA EM DEPENDENCIA QUIMICA
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
COMUNICADO DE INTERNAÇÃO INVOLUNTARIA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1043/2015
Interessado:
RECOMEÇO , CLINICA ESPECIALIZADA EM DEPENDENCIA QUIMICA
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
COMUNICADO DE INTERNAÇÃO INVOLUNTARIA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1042/2015
Interessado:
RECOMEÇO , CLINICA ESPECIALIZADA EM DEPENDENCIA QUIMICA
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
COMUNICADO DE INTERNAÇÃO INVOLUNTARIA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1041/2015
Interessado:
RECOMEÇO , CLINICA ESPECIALIZADA EM DEPENDENCIA QUIMICA
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
COMUNICADO DE INTERNAÇÃO VOLUNTARIA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1049/2015
Interessado:
PROCURADORIA DA REPUBLICA EM ALAGOAS
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
REF.: INQUERITO CIVIL PUBLICO N° 1.11.000.001395/2012-71
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1048/2015
Interessado:
CRISTIANE BATISTA XAVIER
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

RANULFO PAES ARAUJO
ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA
=====

Protocolo 144221

>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<

AO(S) 20ª DIA(S) DO MÊS DE MARÇO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE
DESTE SETOR DE PROTOCOLO,PROCEDEU A DISTRIBUIÇÃO
AUTOMÁTICA,ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE
PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

1ª CÂMARA CÍVEL

0026837-15.2010.8.02.0001
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
WAGNER SIMAS FILHO
Entrada :20/03/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

CÂMARA CRIMINAL

0500453-15.2008.8.02.0037
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
SAO SEBASTIAO
RECORRENTE:
ADRIANO JORGE DE SA FERRO
RECORRIDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :19/03/2015 Retirada :20/03/2015
Devolução :20/03/2015 Saidap/ TJ 20/03/2015

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL

0000022-77.2005.8.02.0058
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO
CRIMINAL
ARAPIRACA
EMBARGANTE:
FABIO CARVALHO ALMEIDA
EMBARGADO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :20/03/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

CÂMARA CRIMINAL

0000836-07.2005.8.02.0053
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO
CRIMINAL
SAO MIGUEL DOS CAMPOS
EMBARGANTE:
RODOLFO CAMARA AMARAL CALHEIROS
EMBARGADO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :20/03/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO

CÂMARA CRIMINAL

0500017-26.2015.8.02.0000
DESAFORAMENTO DE JULGAMENTO
UNIAO DOS PALMARES
REQUERENTE:
JUIZO
REQUIRIDO :
RAPHAEL JOSE ALBUQUERQUE PEDROSA
Entrada :20/03/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERICO

CÂMARA CRIMINAL

0000274-85.2011.8.02.0053
APELAÇÃO CRIMINAL
SAO MIGUEL DOS CAMPOS
APETE :
JOSE GUSTAVO DOS SANTOS
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :20/03/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO F.DE ARAUJO

CÂMARA CRIMINAL

0021008-19.2011.8.02.0001
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO
APEDO :
DAVI ANTONIO LIMA ROCHA
Entrada :20/03/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0800654-98.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
LIMOEIRO DE ANADIA
PACIENTE :
JOSE BISPO SANTOS:

Entrada :19/03/2015 Retirada :20/03/2015
Devolução :20/03/2015 Saidap/ TJ 20/03/2015

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

CÂMARA CRIMINAL-HC

0800439-25.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
MARECHAL DEODORO
PACIENTE :
MATHEUS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA:

Entrada :20/03/2015 Retirada :20/03/2015
Devolução :20/03/2015 Saidap/ TJ 20/03/2015

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

CÂMARA CRIMINAL-HC

0800749-31.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
JEFFERSON DA SILVA ALVES:

Entrada :20/03/2015 Retirada :20/03/2015
Devolução :20/03/2015 Saidap/ TJ 20/03/2015

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

CÂMARA CRIMINAL-HC

0800684-36.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
ARAPIRACA
PACIENTE :
GABRIEL DE LIMA SILVA:

Entrada :20/03/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0800509-42.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
ARAPIRACA
PACIENTE :
EPITACIO JUNIOR DOS SANTOS:

Entrada :20/03/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN FERREI. DE ARAUJO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0800124-94.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
EDUARDO LINS TEIXEIRA:

Entrada :20/03/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0800817-78.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
ALLAN ANDERSON CABRAL MARQUES:

Entrada :20/03/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Promotor de Justiça convocado:
MAURICIO ANDRE B. PITTA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0800780-51.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
MARECHAL DEODORO
PACIENTE :
ALISSON WALMIR DA SILVA SANTOS:

Entrada :20/03/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Promotor de Justiça convocado:
MAURICIO ANDRE BARROS PITTA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0800636-77.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
ARAPIRACA
PACIENTE :
LUCIANO BATISTA DA SILVA:

Entrada :20/03/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERINO

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0800316-77.2014.8.02.0900
MANDADO DE SEGURANÇA (TPC)
CAPITAL
IMPTE :
SINDICATO DOS AUXILIARES E TECNICOS DE
ENFERMAGEM NO ESTADO DE ALAGOAS-SATEAL
IMPEDO :
GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :20/03/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0800866-72.2014.8.02.0900
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS
CAPITAL
RECORRET :
EDUARDO SILVA DE MORAES
RECORRDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :20/03/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0800990-55.2014.8.02.0900
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS
ARAPIRACA
RECORRET :
EVANDRO DE PAULA LIMA SILVA
RECORRDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :20/03/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0800869-27.2014.8.02.0900
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS
ARAPIRACA
RECORRET :
ADILSON FERREIRA DOS SANTOS JUNIOR
RECORRDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :20/03/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0500247-39.2013.8.02.0000
EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO - MAT. CRIMINAL
ANADIA
EXCIPEN :
MARCELO ALVES TENORIO
EXCEPTO :
JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE ANADIA
Entrada :20/03/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0700174-76.2013.8.02.0067
RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
RECORRENTE:
EDUARDO GOMES SILVA
RECORRIDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :20/03/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL
-----0801944-85.2014.8.02.0000
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS
PENEDO
RECORRET :
GUILHERME MATIAS DOS SANTOS
RECORRDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :20/03/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA-----
TRIBUNAL PLENO CRIMINAL
-----0800218-92.2014.8.02.0900
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS
CORURIBE
RECORRET :
VALDIR MARINHO DOS SANTOS
RECORRDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :20/03/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA-----
TRIBUNAL PLENO CRIMINAL
-----0800132-24.2014.8.02.0900
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS
CAPITAL
RECORRET :
JOSE ROBERTO TAVARES DOS SANTOS
RECORRDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :20/03/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA-----
TANIA MARIA GOMES
ASSESSORA ADMINISTRATIVA

Protocolo 144261
----->>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<
-----AO(S) '20' DIA(S) DO MÊS DE MARÇO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE
DESTE SETOR DE PROTOCOLO,PROMOVEU A DEVOLUÇÃO AO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA,ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE
PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):-----
1ª CÂMARA CÍVEL
-----0043670-45.2009.8.02.0001
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
ESTADO DE ALAGOASAPEDO :
AFRANIO TORRES DE OLIVEIRA
Entrada :11/03/2015 Retirada :11/03/2015
Devolução :20/03/2015 Saidap/ TJ 20/03/2015(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 11/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA-----
1ª CÂMARA CÍVEL
-----0804114-30.2014.8.02.0000
HABEAS-CORPUS - 1ª CAMARA CIVEL
MESSIAS
PACIENTE :
MACIEL GOMES DA SILVA:Entrada :18/03/2015 Retirada :18/03/2015
Devolução :20/03/2015 Saidap/ TJ 20/03/2015(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 18/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
JOSE ARTUR MELO-----
3ª CAMARA CIVEL
-----0000151-82.2008.8.02.0024
APELAÇÃO CIVEL
NOVO LINO
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
MUNICIPIO DE NOVO LINO
Entrada :12/03/2015 Retirada :16/03/2015
Devolução :20/03/2015 Saidap/ TJ 20/03/2015(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 12/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA-----
CÂMARA CRIMINAL
-----0050231-17.2011.8.02.0001
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
FRANCISCO PERES DA SILVA
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :13/03/2015 Retirada :13/03/2015
Devolução :20/03/2015 Saidap/ TJ 20/03/2015(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 13/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ-----
CÂMARA CRIMINAL
-----0000252-73.2008.8.02.0007
APELAÇÃO CRIMINAL
CAJUEIRO
APETE :
MINISTERIO PUBLICO
APEDO :
JOSE CARLOS RODRIGUES DA SILVA
Entrada :19/03/2015 Retirada :19/03/2015
Devolução :20/03/2015 Saidap/ TJ 20/03/2015

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL

0000613-64.2015.8.02.0001
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
ADRIANO DE LIMA SANTOS
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :19/03/2015 Retirada :19/03/2015
Devolução :20/03/2015 Saidap/ TJ 20/03/2015

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL

0500453-15.2008.8.02.0037
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
SAO SEBASTIAO
RECORRENTE:
ADRIANO JORGE DE SA FERRO
RECORRIDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :19/03/2015 Retirada :20/03/2015
Devolução :20/03/2015 Saidap/ TJ 20/03/2015

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0800654-98.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
LIMOEIRO DE ANADIA
PACIENTE :
JOSE BISPO SANTOS:

Entrada :19/03/2015 Retirada :20/03/2015
Devolução :20/03/2015 Saidap/ TJ 20/03/2015

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUUA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0500024-18.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
WILKIN GUSMAN IBAGON:

Entrada :19/03/2015 Retirada :19/03/2015
Devolução :20/03/2015 Saidap/ TJ 20/03/2015

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0800749-31.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
JEFERSON DA SILVA ALVES:

Entrada :20/03/2015 Retirada :20/03/2015
Devolução :20/03/2015 Saidap/ TJ 20/03/2015

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUUA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0800439-25.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
MARECHAL DEODORO
PACIENTE :
MATHEUS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA:

Entrada :20/03/2015 Retirada :20/03/2015
Devolução :20/03/2015 Saidap/ TJ 20/03/2015

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 20/03/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUUA

=====
TANIA MARIA GOMES
ASSESSORA ADMINISTRATIVA
=====

Protocolo 144278

A 18ª Promotoria de Justiça da Capital (Fazenda Pública Estadual), por intermédio da Promotora de Justiça abaixo assinada, vem, nos termos do art. 5º da Resolução 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, cientificar aos interessados a adoção de providências nos Procedimentos Administrativos a seguir nominados: PA 134/14 - Interessados: 26ª PJC, Regina Bandeira Ferreira - Objeto: denúncia de atraso em fornecimento de medicamento pelo Estado - Decisão: “[...] Em face do exposto, indefiro a abertura de procedimento preparatório ou inquérito civil. Comunique-se ao órgão de origem e à declarante qualificada à fl. 02, concedendo prazo de 10 dias para recurso ao Conselho Superior do Ministério Público. Traslade-se cópia deste despacho para o PA 86/14. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.” | Procedimento Preparatório 01/2014 (PA 76/14) - Objeto: denúncia de imposição de carga horária excessiva a monitores penitenciários - Interessado: José Fernando da Silva - Decisão: “[...] Portanto, seguindo a mesma linha de entendimento acima exposta, e considerando que a denúncia que motivou este procedimento preparatório versa sobre a limitação da carga horária de agentes penitenciários prestadores de serviços, ou seja, eminentemente acerca de norma de saúde, segurança e higiene do trabalho, falecem atribuições ao Ministério Público Estadual, eis a matéria está inserida na competência do Ministério Público do Trabalho, ao qual devem ser encaminhados os autos para a tomada de providências pertinentes, a seu juízo, sem prejuízo de que, se constatado, no curso das apurações, prejuízo ou malversação de recursos do patrimônio público estadual, seja o MPAL comunicado para as medidas a seu cargo. Remetam-se os autos ao Ministério Público do Trabalho em Alagoas, comunicando-se ao Conselho Superior do Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se”. | PA 21-15 - Interessado - Objeto: denúncia de irregularidade em concurso público da UNCISAL - Interessado: Djair Cavalcante Silva - Decisão: “[...] Assim, não evidenciada a existência de prejuízo aos candidatos, em homenagem ao princípio pas de nullité sans grief, não há que se falar, ao menos pelos fatos expostos, em nulidade de nenhuma etapa do certame. Em razão disto, com fundamento no art 5º, da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, indefiro a abertura de inquérito civil ou procedimento preparatório. Cientifique-se o requerente, conferindo-lhe prazo de 10 (dez) dias para, querendo, recorrer ao Conselho Superior do Ministério Público. Publique-se”.

Maceió, 18 de março de 2015.

Maria Cecília Pontes Carnaúba
Promotora de Justiça

Protocolo 143899

Escola Superior do Ministério Público

PORTARIA ESMP/AL n° 02 DE 20 DE MARÇO DE 2015

O VICE-DIRETOR DE PLANEJAMENTO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e na forma do parágrafo 3º, do artigo 6º, do Ato PGJ n° 03/12, resolve incluir no programa “Voluntariado do Ministério Público de Alagoas” a prestadora de serviço voluntário FERNANDA DA COSTA MOURA, com efeitos retroativos a 28.01.2015, bem como estabelecer sua lotação na 1ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ
Promotor de Justiça
Vice-Diretor de Planejamento da ESMP-AL

Protocolo 144222

PORTARIA ESMP/AL n° 03 DE 20 DE MARÇO DE 2015

O VICE-DIRETOR DE PLANEJAMENTO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e na forma do parágrafo 3º, do artigo 6º, do Ato PGJ n° 03/12, resolve incluir no programa “Voluntariado do Ministério Público de Alagoas” o prestador de serviço voluntário MARCOS ANTONIO FROLINI, com efeitos retroativos a 19.02.2015, bem como estabelecer sua lotação na 4ª Promotoria de Justiça da Capital.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ
Promotor de Justiça
Vice-Diretor de Planejamento da ESMP-AL

Protocolo 144224

Colégio de Procuradores de Justiça

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
EXTRATO ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze (20/2/2015), às dez horas e dez minutos (10h10min), na Sala de Sessões dos Órgãos Colegiados, localizada no 4º (quarto) andar do Edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, n° 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a 4ª Reunião Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Sérgio Jucá (Procurador-Geral de Justiça e Presidente desta Reunião), Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Luiz Barbosa Carnaúba, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Walber José Valente de Lima, Dennis Lima Calheiros, Eduardo Tavares Mendes, José Artur Melo, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, Marcos Méro, Valter José de Omena Acioly e Denise Guimarães de Oliveira. Inicialmente o Presidente da Sessão agradeceu a presença de todos e apresentou o novo Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, o Promotor de Justiça Humberto Pimentel Costa. Tendo em vista tratar-se de reunião extraordinária, não foi necessária a verificação de quórum. Diante disso, o Presidente declarou aberta a sessão e solicitou ao Secretário do Colégio de Procuradores a leitura da ordem do dia, o que foi feito em seguida. Iniciados os trabalhos, o Presidente da sessão, Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Sérgio Jucá, informou que recebera ofício do Excelentíssimo Juiz de Direito, Dr. Maurício Brêda, solicitando a indicação de membro do Ministério Público para compor o Conselho de Segurança Pública do Estado de Alagoas (Conseg) em virtude da saída do Promotor de Justiça Alfredo Gaspar de Mendonça para ocupar o Cargo de Secretário de Defesa Social. Dando início aos trabalhos, o Presidente colocou em deliberação os seguintes itens: 1. Se o Colégio de Procuradores de Justiça indicará novo componente para o Conseg; 2. Se para a indicação será publicado edital com prazo para a inscrição de interessados ou o Colégio de Procuradores deverá indicar de imediato; 3. Se será indicado um Promotor de Justiça, um Procurador de Justiça ou um membro do Ministério Público. Quanto ao item 1, o Colegiado aprovou por unanimidade a proposta de indicação. Em relação ao item 2, O Colegiado, por maioria, decidiu que a indicação para compor o Conseg deveria ser feita na reunião extraordinária em curso. No tocante ao item 3, a maioria decidiu que a indicação deveria ser de um membro do Ministério Público, seja Promotor ou Procurador de Justiça. Ato contínuo, foi procedida à votação, tendo o Excelentíssimo Procurador de Justiça Afrânio Roberto Pereira de Queiroz recebido a maioria dos votos. Proclamado o resultado, o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça informou que a presidência do Colégio de Procuradores de Justiça oficiará ao Governador do Estado e comunicará a indicação. Em seguida, o Excelentíssimo

Procurador de Justiça Afrânio Roberto Pereira de Queiroz agradeceu os votos recebidos, a confiança depositada pelo Colegiado e informou que será uma grande satisfação representar o Ministério Público do Estado de Alagoas junto ao Conseg. Antes do término da reunião, o Presidente perguntou aos presentes se alguém gostaria de incluir matéria nova na pauta do dia, não havendo manifestação dos presentes. Por fim, o Presidente propôs um voto de congratulações ao Promotor de Justiça Antônio Jorge Sodré Valentim de Souza, que esteve à frente da Secretaria do Colégio de Procuradores de Justiça, tendo o Excelentíssimo Procurador de Justiça Geraldo Magela Barbosa Pirauá se associado à iniciativa, que foi aprovada por unanimidade. Por iniciativa do Excelentíssimo Procurador de Justiça Geraldo Magela Barbosa Pirauá, foi discutida a implantação dos novos valores dos subsídios dos membros do Ministério Público, tendo o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça esclarecido que a referida implantação somente poderia ser cogitada após a aprovação da Lei Orçamentária Anual. O Excelentíssimo Procurador de Justiça José Artur Melo consignou a necessidade de conhecimento dos créditos atualizados dos membros do Ministério Público do Estado de Alagoas. O Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça esclareceu que os cálculos estão em fase conclusiva, uma vez que em 2014 instituiu comissão com essa finalidade. Na ocasião, estando presente o Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça, Doutor Carlos Eduardo Ávila Cabral, Presidente da aludida comissão, o mesmo informou que os cálculos estão sendo feitos com base nos critérios determinados pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, com estimativa de dois meses para a sua conclusão. O Excelentíssimo Procurador de Justiça Afrânio Roberto Pereira de Queiroz registrou repúdio quanto à atuação da Conamp e da Ampal no tocante ao apoio que vem dando à não aprovação da PEC da Bengala, uma vez que não estaria havendo respeito aos associados que possuíam interesses antagônicos, tendo sido acompanhado pelos Excelentíssimos Procuradores de Justiça Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto e Geraldo Magela Barbosa Pirauá. O Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a Reunião, determinando a lavratura desta Ata, que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça _____, sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Jucá
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão

Protocolo 144281

Promotorias de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ESTADO DE ALAGOAS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA CAPITAL

PORTARIA n° 11/2015

A PROMOTORIA DO CONSUMIDOR DA CAPITAL, na pessoa do Promotor de Justiça, abaixo firmado, no uso de suas atribuições e com fundamento nos arts. 129, III da Carta da República; 6º, I, da Lei Orgânica do Ministério Público Estadual (Lei Complementar n° 15/96), e 26, I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/93):
CONSIDERANDO que as normas do Código de Defesa do Consumidor são de ordem pública e interesse social, nos termos do artigo 1º, da Lei Federal n. 8.078/90;
CONSIDERANDO que dentre as atribuições outorgadas ao Ministério Público pela Constituição Federal, destaca-se a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos;
CONSIDERANDO a competência do Ministério Público em ações de defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, podendo ainda expedir recomendações (art. 129, III, DA Constituição Federal, arts. 81 e 82 da Lei n° 8.78/90 e Lei Complementar Federal n° 75/93, art. 6º, XX);
CONSIDERANDO a disposição do art. 129, III da Carta Magna, em que traz como função institucional do Ministério Público a promoção de “inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos” (art. 129, III, Constituição Federal);
CONSIDERANDO as informações coletadas no bojo dos Procedimentos Preparatórios ns° 156/2013 e 279/2013, instaurados para apurar a qualidade do ar de ambientes climatizados, públicos e privados em Maceió, registrando que o descumprimento da legislação que disciplina os padrões referenciais de qualidade do ar em ambientes climatizados artificialmente, de uso público e coletivo, tem gerado graves consequências para a saúde humana, contribuindo para o surgimento de diversas patologias no aparelho respiratório, podendo resultar, inclusive, em neoplasias;
CONSIDERANDO denúncias constantes nos Procedimentos Preparatórios ns° 156/2013 e 279/2013 em face da Vigilância Sanitária Municipal, acerca da não publicação no Diário Oficial dos autos de infrações sanitárias lavrados;
CONSIDERANDO que a ANVISA, por meio da Resolução N° 09, fornece orientação técnica acerca dos padrões referenciais de qualidade do Ar interior, em ambientes climatizados artificialmente, de uso público e coletivo;

CONSIDERANDO que estabelecimentos públicos e privados devem ter sistemas de climatização devidamente projetados e em adequado funcionamento, evitando a presença de poluentes químicos e biológicos no ambiente interno, visando garantir o bem-estar, a produtividade e a proteção da saúde dos ocupantes, fornecendo “ar” de boa qualidade.

RESOLVE,

CONVERTER os Procedimentos Preparatórios nºs 156/2013 e 279/2013 em Inquérito Civil Público, com fulcro nos arts. 129, III da Carta da República; 6º, I, da Lei Orgânica do Ministério Público Estadual (Lei Complementar nº 15/96), 26, I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/93), visando futuras e eventuais providências na defesa dos interesses difusos e coletivos em testilha, razão pela qual, DETERMINA, de imediato, as seguintes providências:

Autuação e registro da presente portaria nos livros respectivos, efetuado-se as anotações exigidas no art. 1º, §§ 5º e 6º da Resolução nº 01/96 do Conselho Superior do Ministério Público Estadual;

Expedição de ofício, ao Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça - Presidente do Conselho Superior do Ministério Público Estadual, encaminhando-lhe cópia da presente portaria, solicitando, ademais, a publicação desta no Diário Oficial do Estado;

Eventuais, coleta de documentos, certidões, perícias, inspeções e demais diligências para melhor instruir o presente procedimento.

Maceió/AL, 17 de março de 2015.

MAX MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA
1º Promotor de Justiça da Capital

Protocolo 144327

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ESTADO DE ALAGOAS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA CAPITAL

PORTARIA nº 12/2015

A PROMOTORIA DO CONSUMIDOR DA CAPITAL, na pessoa do Promotor de Justiça, abaixo firmado, no uso de suas atribuições e com fundamento nos arts. 129, III, da Carta da República; 6º, I, da Lei Orgânica do Ministério Público Estadual (Lei Complementar nº 15/96), e 26, I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/93):

CONSIDERANDO que as normas do Código de Defesa do Consumidor são de ordem pública e interesse social, nos termos do artigo 1º, da Lei Federal n. 8.078/90; CONSIDERANDO que dentre as atribuições outorgadas ao Ministério Público pela Constituição Federal, destaca-se a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos;

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público em ações de defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, podendo ainda expedir recomendações (art. 129, III, da Constituição Federal, arts. 81 e 82 da Lei nº 8.78/90 e Lei Complementar Federal nº 75/93, art. 6º, XX);

CONSIDERANDO a disposição do art. 129, III, da Carta Magna, que traz como função institucional do Ministério Público a promoção de “inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos” (art. 129, III, Constituição Federal);

CONSIDERANDO as informações coletadas no bojo da Notícia de Fato nº 150/2013, registrando que, desde 22 de maio de 2007, o Residencial Lúcio Costa encontra-se irregular perante o Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas, no que tange ao Projeto de Incêndio e Pânico, posto que inexistente corrimão nas escadas e piso antiderrapante;

CONSIDERANDO que no Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas foi criada uma comissão para apreciar a situação do Residencial Lúcio Costa, haja vista a necessidade de considerar vários aspectos, inclusive legais;

CONSIDERANDO as normas técnicas estabelecidas no Código de Segurança contra Incêndio e Pânico - COSCIP, do Estado de Alagoas, fixando requisitos mínimos que são exigíveis em edificações e estabelecimentos, assim como no exercício de atividades que possuam riscos de incêndio e/ou pânico, ou que se refiram à proteção contra esses riscos, tendo por base a segurança de pessoas e/ou bens;

RESOLVE,

CONVERTER a Notícia de Fato nº 150/2013 em Procedimento Preparatório, com fulcro nos arts. 129, III, da Carta da República; 6º, I, da Lei Orgânica do Ministério Público Estadual (Lei Complementar nº 15/96), 26, I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/93), visando futuras e eventuais providências na defesa dos interesses difusos e coletivos em testilha, razão pela qual, DETERMINA, de imediato, as seguintes providências:

Autuação e registro da presente portaria nos livros respectivos, efetuado-se as anotações exigidas no art. 1º, §§ 5º e 6º da Resolução nº 01/96 do Conselho Superior do Ministério Público Estadual;

Expedição de ofício, ao Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça - Presidente do Conselho Superior do Ministério Público Estadual, encaminhando-lhe cópia da presente portaria, solicitando, ademais, a publicação desta no Diário Oficial do Estado;

Eventuais, coleta de documentos, certidões, perícias, inspeções e demais diligências para melhor instruir o presente procedimento.

Maceió/AL, 18 de março de 2015.

MAX MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA
1º Promotor de Justiça da Capital

Protocolo 144334

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ESTADO DE ALAGOAS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA CAPITAL

PORTARIA nº 13/2015

A PROMOTORIA DO CONSUMIDOR DA CAPITAL na pessoa do Promotor de Justiça, abaixo firmado, no uso de suas atribuições e com fundamento nos arts. 129, III da Carta da República; 6º, I, da Lei Orgânica do Ministério Público Estadual (Lei Complementar nº 15/96), e 26, I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/93):

CONSIDERANDO que as normas do Código de Defesa do Consumidor são de ordem pública e interesse social, nos termos do artigo 1º, da Lei Federal n. 8.078/90; CONSIDERANDO que dentre as atribuições outorgadas ao Ministério Público pela Constituição Federal, destaca-se a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos;

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público em ações de defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, podendo ainda expedir recomendações (art. 129, III, DA Constituição Federal, arts. 81 e 82 da Lei nº 8.78/90 e Lei Complementar Federal nº 75/93, art. 6º, XX);

CONSIDERANDO a disposição do art. 129, III da Carta Magna, em que traz como função institucional do Ministério Público a promoção de “inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos” (art. 129, III, Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 75/93, em seu art. 6º, VII, “a” confere ao Ministério Público legitimidade para figurar no polo ativo do inquérito civil público e da ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais.

CONSIDERANDO que o lazer é um direito social garantido pelo art. 6º da Constituição Federal e que a realização de eventos se inserem neste gênero, cabendo ao Ministério Público acompanhar, fiscalizar e atuar ativamente em todas as atividades desta órbita;

CONSIDERANDO as informações coletadas por meio da Notícia de Fato nº 131/2013, incoada em razão de representação e abaixo-assinado de moradores do bairro de Pajuçara e Ponta Verde, haja vista o excesso de eventos naquela região e os transtornos decorrentes destes;

CONSIDERANDO que a norma NBR-10.1517 dispõe acerca dos ruídos em áreas habitadas, considerados aceitáveis tendo em vista o conforto da comunidade;

CONSIDERANDO a necessidade de maior rigor no disciplinamento acerca dos eventos para que sejam sanados os problemas citados na ata de audiência de fls. 26 dos presentes autos;

CONSIDERANDO a necessidade de investigação acerca da irregular ocupação do solo pelos inúmeros ambulantes que deixam, de forma perene, seus carros de venda e barracas na orla da Pajuçara, inclusive, havendo barracas móveis portando no seu interior produtos perigosos, a exemplo de botijões de gás;

RESOLVE,

CONVERTER a Notícia de Fato nº 131/2013 em Inquérito Civil Público com fulcro nos arts. 129, III da Carta da República; 6º, I, da Lei Orgânica do Ministério Público Estadual (Lei Complementar nº 15/96), 26, I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/93), visando futuras e eventuais providências na defesa dos interesses difusos e coletivos em testilha, razão pela qual, DETERMINA, de imediato as seguintes providências:

Autuação e registro da presente portaria nos livros respectivos, efetuado-se as anotações exigidas no art. 1º, §§ 5º e 6º da Resolução nº 01/96 do Conselho Superior do Ministério Público Estadual;

Expedição de ofício, ao Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça - Presidente do Conselho Superior do Ministério Público Estadual, encaminhando-lhe cópia da presente portaria, solicitando, ademais, a publicação desta no Diário Oficial do Estado;

Eventuais, coleta de documentos, certidões, perícias, inspeções e demais diligências para melhor instruir o presente procedimento.

Maceió/AL, 20 de março de 2015.

MAX MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA
1º Promotor de Justiça da Capital

Protocolo 144340